

POLÍTICA URBANA E PARTICIPAÇÃO: CONSTRUÇÃO COLETIVA PARA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA NOS ESPAÇOS URBANOS DE DOMÍNIO DA UNIÃO

POLÍTICAS URBANAS Y DE PARTICIPACIÓN: CONSTRUCCIÓN COLECTIVA DE REGULARIZACIÓN DE LA TIERRA EN ESPACIOS URBANOS DE DOMINIO DE LA UNIÓN

Ronaldo CAMPOS¹.

RESUMO

A pesquisa investiga as estratégias de política urbana e participação na construção coletiva do processo de regularização fundiária nos espaços urbanos de domínio da União. As cidades sofrem com a especulação do mercado imobiliário e as comunidades informais vivem sob ameaças dos atores públicos e privados, as implicações na organização do espaço urbano nas áreas de domínio da União, representam para as comunidades um desafio entre a especulação e a regularização. A construção de modelos para gestão e consolidação da regularização fundiária, depende da participação efetiva dos moradores de áreas vulneráveis e de uma política de organização do espaço urbano que priorize a função social da propriedade. O referencial teórico reporta-se às questões de política urbana, participação e construção coletiva nos espaços informais, trata da acumulação urbana capitalista e da especulação nas cidades, dos avanços na regularização participativa e, procura compreender, as estratégias coletivas dos atores envolvidos no processo de regularização fundiária nas áreas de domínio da União do Parque Histórico Nacional dos Guararapes, como um estudo de caso. A metodologia orienta-se no arcabouço conceitual teórico e na análise empírica com ênfase no modelo de construção coletiva e de gestão da experiência do Parque Histórico Nacional dos Guararapes - PE.

Palavras-chave: Política; participação; regularização; espaço; PHNG-PE.

RESUMEN

La investigación estudia las estrategias de la política urbana y la participación en la construcción colectiva en el proceso de regularización de la tierra en el espacio urbano de dominio de la Unión. Las ciudades sufren la especulación en el mercado inmobiliario y las comunidades informales que viven bajo amenazas de los actores públicos y privados, las implicaciones en la organización del espacio urbano en zonas de jurisdicción federal, representan un desafío para las comunidades entre la especulación y la regulación. La construcción de modelos de gestión y consolidación de regularización, depende de la participación activa de los residentes en zonas vulnerables y de una política de la organización del espacio urbano que da prioridad a la función social de la propiedad. El marco teórico se refiere a las cuestiones de la política urbana, la participación y la construcción colectiva en espacios informales, se refiere a la acumulación capitalista y la especulación urbana en las ciudades, los avances en la regularización participativo y busca entender, las estrategias colectivas de los actores involucrados en el proceso regularización en las zonas bajo Parque Nacional Federal dos Guararapes como estudio

¹ Universidade Federal do Tocantins- UFT, Núcleo de Gestão Urbana e Políticas Públicas – NUGEPP/UFPE.
E-mail: camposbr@hotmail.com

de caso. La metodología guía el marco conceptual teórico y el análisis empírico con énfasis en la construcción colectiva y la experiencia de gestión de modelos de parques históricos nacionales. **Palabras-clave:** Política, participación, regularización, espacio; PHNG-PE.

1. INTRODUÇÃO

A política urbana praticada nas cidades é reflexo das profundas transformações econômicas, tecnológicas e sociais que vêm passando as sociedades ocidentais desde meados do último milênio. Isso tem levado à redefinição do papel e da atuação dos gestores públicos no espaço urbano, sobretudo na forma de intervenção nos assentamentos habitacionais em áreas de domínio da União. Neste contexto, o atendimento às demandas sociais passa a fazer parte das ações de planejamento e gestão do Estado, de melhorias urbanísticas, de consolidação dos assentamentos, de qualificação nas relações sociais dos moradores e nas condições habitacionais das comunidades. A Secretaria de Patrimônio da União (SPU), responsável pela regularização fundiária em áreas de domínio da União, no caso do Parque Histórico Nacional dos Guararapes – PE (PHNG-PE), promove ações em parceria que visam cumprir a função social da propriedade através de projetos de interesse social, visando aplicar a legislação e os princípios da política urbana nacional.

A implantação do projeto, Plano de Regularização Fundiária do Assentamento Habitacional na Área de Domínio da União do Parque Histórico Nacional dos Guararapes – PE (PHNG-PE), busca proporcionar garantias e condições institucionais nos espaços urbanos informais, com ênfase na política urbana de fixação dos moradores no local de intervenção, introduzindo princípios na perspectiva da sustentabilidade, da função socioambiental e de promoção da cidadania. De acordo com os “projetos estratégicos do Governo Federal” (SPU, 2012:2), o apoio da Secretaria de Patrimônio da União (SPU) e, segundo a Instrução Normativa (IN) em seu Art. 2º da SPU (2012:3):

[...] “A regularização fundiária tem como objetivo promover a construção de soluções administrativas, jurídicas, urbanísticas e ambientais para os assentamentos informais de baixa renda consolidados em imóveis da União, de forma a garantir o cumprimento da função socioambiental da propriedade e assegurar a efetivação do direito constitucional à moradia para as populações que ocupam esses imóveis, bem como prevenir a ocupação territorial desordenada, por meio de destinações de áreas da União para execução de projetos habitacionais de interesse social.”

A redefinição da política urbana para o PHNG-PE representa novas relações imobiliárias, de construções e de barreiras à especulação, determinando o limite social dos espaços urbanos e direcionando a ocupação desses espaços a partir de uma construção coletiva e de consolidação sustentável. Observa-se, contudo, tendências nas transformações do espaço territorial,

desconectadas de compromisso e orientação à função sociourbana do espaço de moradia dos assentamentos informais, destacando-se assim, os processos de resiliência e vulnerabilidade desses espaços frente aos interesses de acumulação capitalista.

O Estado, entretanto, deve promover e coordenar as atividades de intervenção no espaço territorial urbano, regular e gerenciar o planejamento da cidade e garantir as condições socioambientais através de princípios democráticos de uma política urbana solidária e sustentável. As ações de ordenamento e reordenamento dos espaços urbanos sujeitos à intervenção estatal, apontam distorções no planejamento urbano, falta de iniciativas para a gestão compartilhada e pouco compromisso com a qualidade de vida dos ocupantes dos espaços de interesse social.

Nos municípios da Região Metropolitana do Recife (RMR), vítimas dos efeitos desestruturadores das transformações urbanas especulativas, a segregação dos espaços de moradia contorna um formato de construção de cidades com valores sociais dissociados da realidade dos seus habitantes. Desta maneira, os atores imobiliários apresentam-se com grande influência no processo de governança regional urbana, diversas estratégias adotadas com apoio do Governo do Estado apostam nos governos municipais empreendedores e parceiros dos provedores da especulação imobiliária através da viabilidade de projetos urbanísticos de grande porte, com oferta de produtos que tem resultado no avanço da urbanização acelerada e segregadora, expulsão de habitantes dos espaços de interesse social e destruição do ambiente natural das comunidades.

As áreas de assentamento habitacional do Parque Histórico Nacional dos Guararapes - PE (PHNG-PE), localizadas no Município de Jaboatão dos Guararapes na RMR, apresentam no seu entorno características que somam indicadores de transformações urbanas especulativas e segregadoras, conforme a posição turístico-geográfica estratégica do Município, proximidade do Aeroporto, acesso viário aos 'ecomegaempreendimentos' e sua relação direta com o Complexo Industrial Portuário de Suape. Estes grandes empreendimentos produzem efeitos situacionais de maior exposição urbana dos assentamentos informais situados no PHNG-PE, levando a um estado de vulnerabilidade à especulação imobiliária e ao interesse da acumulação capitalista. É importante perceber a construção de equipamentos do tipo ecomegaempreendimento, segundo Leal (2009), com prioridades para os espaços verdes e reservas ambientais, considera-se assim os arredores do parque como espaços atrativos e naturais passivos aos interesses dos empreendedores.

“O que conceituamos como ecomegaempreendimentos pode ser caracterizado por dois elementos principais: Em primeiro lugar, em termos de tipologias e morfologias arquitetônicas, esses tipos de empreendimentos se configuram em grandes complexos habitacionais/hoteleiros associados aos programas de áreas comuns, contendo equipamentos de lazer e urbanos sofisticados do tipo ‘condomínios-clubes’, além de um sistema eficaz de infraestrutura urbana. Associam-se a esses padrões os ‘selos’ ecológicos que são utilizados como marketing, através do qual são exibidos como vitrine os espaços verdes e as reservas ambientais, sendo apresentados aos consumidores e clientes, como símbolo, imagem, ícone de poder ou status”. (LEAL, 2009:5).

Destaca-se a inércia do Estado para investimentos ou implementação de programas de infraestrutura nos espaços urbanos das cidades que integram áreas comuns à todos atores. O coletivismo urbano perfaz, na visão de governos empresariais, interesses de ‘consumidores e clientes’ que distanciam-se das necessidades dos espaços de assentamentos informais. As ações urbanas que possibilitam qualidade de vida aos seus cidadãos, sobretudo, condições de moradia e infraestrutura, devido a escassez de recursos públicos, estão sendo arrançadas no contexto de alianças políticas ou arranjos institucionais, para garantir possibilidades de investimentos dos grupos empreendedores como troca de espaços para o mercado imobiliário. A alternativa por parte do poder público na captação de investimentos para suprimento das lacunas e obrigações urbanas, passa a ser o estabelecimento de articulações de governança com atores privados por meio de parcerias que trazem oportunidades ao Estado de profetir das vantagens do mercado político eleitoreiro.

Esta situação é uma tendência do neoliberalismo com a redução dos espaços urbanos públicos e menor compromisso do Estado com questões de moradia, infraestrutura e decisão política sobre a função social da propriedade, considerando a minimização dos espaços informais em áreas de grande valor mercantil. Desta forma, a competição por espaços urbanos passa a fazer parte de um mercado imobiliário com fluxo global, onde a informalidade urbana é um incômodo para a competitividade das cidades.

Segundo Santos (2006), existem condições políticas propícias à competitividade das cidades. Os espaços e territórios urbanos são potenciais de captação de recursos com capacidade de reprodução, desde que estejam vinculados ao desenvolvimento econômico através da formalidade de impostos urbanos arrecadados nos investimentos de infraestrutura.

“Os lugares se distinguiriam pela diferente capacidade de oferecer rentabilidade aos investimentos. Essa rentabilidade é maior ou menor, em virtude das condições locais de ordem técnica (equipamentos, infraestrutura, acessibilidade) e organizacional (leis locais, impostos, relações trabalhistas, tradição laboral). Essa eficácia mercantil não é um dado absoluto do lugar, mas se refere a um determinado produto.” (SANTOS, 2006:166).

A urgência da redefinição das prioridades da política urbana mostra-se como uma necessidade frente ao quadro apresentado com tamanha firmeza das novas relações imobiliárias. Os atores envolvidos nessas relações determinadas pela exclusão social e inclusão no mercado imobiliário, representam os espaços urbanos que competem como lugares volúveis e resilientes aos interesses orientados pelos gestores públicos. Nos países emergentes, essas novas formas de investimentos nas cidades, é uma prática orientada para servir como motor à economia local. Conforme Santos (2006:167) afirma,

“O dogma da competitividade não se impõe apenas à economia, mas, também, à geografia. Os lugares se especializam, em função de suas virtualidades naturais, de sua realidade técnica, de suas vantagens de ordem social. Isso responde à exigência de maior segurança e rentabilidade para capitais obrigados a uma competitividade sempre crescente. Estes fatores justificam a metáfora da guerra dos lugares.”

O debate sobre questões de política urbana no contexto dos espaços urbanos (informais), os atores envolvidos no novo desenvolvimento da cidade e as estratégias coletivas de participação no processo de regularização fundiária, são os objetivos de investigação da pesquisa que compõe o estudo de caso nas áreas de domínio da União do Parque Histórico Nacional dos Guararapes – PE. Busca-se apresentar a experiência em andamento de mobilização e participação comunitária nos Córregos do Balaio e da Batalha tendo como prioridade o envolvimento dos moradores na política urbana de regularização fundiária promovida pela SPU.

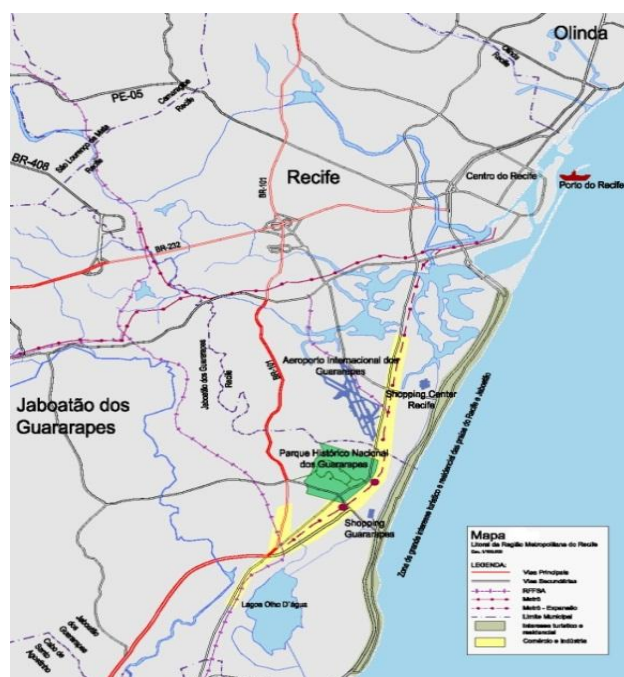
As análises reportam-se a importância da participação e da gestão coletiva contra o processo de segregação e acumulação urbana nas cidades, derivado do desprezo aos assentamentos informais e compactuação do governo com o mercado imobiliário, apresentam as implicações na organização do espaço urbano e na promoção da regularização fundiária como instrumento de redefinição das relações socioespaciais nos assentamentos informais. A participação e a gestão comunitária desdobram-se assim em uma rede de atores capacitados formando uma cadeia de agentes multiplicadores e reeditores de conhecimentos sobre a realidade local, contrapondo-se à pressão da dinâmica mercantil imobiliária. A metodologia aplicada orienta-se no arcabouço conceitual e no estudo empírico de caso, ambos apresentados com ênfase no modelo de construção coletiva e de gestão do PHNG – PE, que caracteriza uma maior integração dos atores sociais participantes do projeto Plano de Regularização Fundiária do Assentamento Habitacional na Área de Domínio da União do Parque Histórico Nacional dos Guararapes – PE (PHNG-PE), objeto específico de análise.

2. ESTUDO DE CASO: PARQUE HISTÓRICO NACIONAL DOS GUARARAPES – PE

A caracterização da área de estudo Parque Histórico Nacional dos Guararapes - PE apresenta-se a partir da realidade dos Córregos do Balaio e da Batalha foco de análise da pesquisa. As informações remetem-se à pesquisa bibliográfico-documental e às visitas de campo com leitura sociourbanística das áreas piloto do projeto em análise. O estudo para regularização fundiária nos espaços urbanos de domínio da União demandam análises jurídica, físico-urbanística, ambiental, socioeconômica e cultural. A inter-relação destas áreas de interesse constituem meios que descrevem o *habitat* das pessoas, formas de organização política e valores histórico-culturais do parque simbolizados nessas comunidades.

O Plano Diretor do Parque Histórico Nacional dos Guararapes (PHNG) apresenta os Montes Guararapes como símbolo geográfico do Distrito de Prazeres, área de localização e parte do Município de Jaboatão dos Guararapes há 14km do Recife (Figura 01).

Figura 01: Mapa do Parque Histórico Nacional dos Guararapes.



Fonte: Plano Diretor do Parque Histórico Nacional dos Guararapes.

A importância histórica dos Montes Guararapes remonta aos acontecimentos na área entre as conquistas de batalhas com o fim de 30 anos de guerra contra a Holanda em 1654 e as representações da cultura religiosa com a construção da Igreja de Nossa Senhora dos Prazeres em 1676 simbolizando assim a fé cristã e o patriotismo (RIBEIRO, 1989:36). A história viva traz

na recordação da expulsão dos holandeses a da preservação da festa de Nossa Senhora dos Prazeres transpondo o simbólico significado cívico e militar para o religioso e sagrado. A consolidação do simbolismo nacional acontece em 1948 quando foram decretados Monumentos Nacionais à Igreja de Nossa Senhora dos Prazeres e aos Montes Guararapes. O reconhecimento como valor histórico-cultural e 'Berço da Nacionalidade Brasileira' determina em 1971 a criação do Parque Histórico Nacional dos Guararapes (Parque Histórico Nacional dos Guararapes, 1975).

A regularização fundiária para as áreas ocupadas do Parque Histórico Nacional dos Guararapes – PE de propriedade da União representa consolidar o interesse social com garantia da moradia para a população de baixa renda e inserir a preservação socioambiental e cultural do parque como identidade nacional. A integração dos assentamentos informais à estrutura urbana da cidade é um desafio constante da população segregada e do poder público, atingindo uma dimensão socioideológica do espaço urbano ao dinamismo do setor habitacional como produção capitalista.

O Parque Histórico Nacional dos Guararapes – PE, configura-se no contexto do uso e ocupação do espaço a partir de suas características naturais, do simbolismo histórico-cultural e do potencial como espaço de lazer (RIBEIRO, 1989:37), além de apresentar uma configuração geográfica estratégica para o desenvolvimento do turismo e da economia informal. O uso habitacional está associado às necessidades de sobrevivência da população, aproximadamente 40.000 pessoas, legitimado pelo processo de exclusão social, desprezo do poder público, pressão do mercado imobiliário e especulação capitalista nas cidades.

2.1 Espaços informais no PHNG – PE

A composição dos espaços informais no PHNG - PE representa um processo de ocupação ao longo de décadas e lutas urbanas pelo direito à moradia. As manifestações realizadas em defesa dos espaços de moradia ocupados no PHNG – PE, estão inseridas num contexto de reivindicações, sobretudo, pela necessidade real de habitações, infraestrutura básica e sobrevivência das famílias ocupantes. As soluções dos governos estiveram voltadas para a relocação das famílias visando, principalmente, a proteção do Patrimônio Histórico Nacional dos Montes Guararapes, e pouca preocupação com as condições precárias das iniciativas de relocação em áreas desfavoráveis e desprovidas de urbanização. As experiências de autoconstrução de habitação como solução de relocação foram fracassadas e deram origem à ocupação de bairros que nasceram marginalizados geograficamente e urbanisticamente, como no caso de Cajueiro Seco nos arredores do PHNG - PE.

Segundo Ribeiro (1989), a comprovação dos privilégios da política urbana voltada para as classes mais favorecidas, reflete-se na consolidação das ocupações informais na Cidade do Recife e RM, na permanência dos invasores nas áreas do PHNG – PE e, sobretudo, na continuidade da política urbana de exclusão e limitação dos invasores aos programas públicos de habitação e infraestrutura, desta forma, o número de invasões urbanas no PHNG – PE com o tempo se multiplicaram.

A realidade dos espaços informais do PHNG - PE passaram a fazer parte da paisagem urbana e com a institucionalização pública do PHNG - PE os governos se viram obrigados a construir vias internas de acesso ao parque ao longo das faixas ocupadas, as áreas livres foram cercadas e caracterizadas como área de jurisdição federal compondo os limites territoriais do parque. Observa-se que o projeto de Armando de Holanda para requalificação do parque não incluiu as ocupações informais instaladas no território do PHNG – PE, considerando-se como premissa do projeto que as populações ocupantes fossem relocadas para outros espaços da cidade.

As estimativas apontam para uma população informal de aproximadamente 40.000 pessoas vivendo nas áreas ocupadas do PHNG – PE, dividindo territórios diferentes situados nos espaços de Domínio da União. Segundo o Plano Diretor do Parque Histórico Nacional dos Guararapes (2002), as áreas correspondem cerca de 230 ha. Com construções em 5 setores: **Área I** – Limites: da Rua Expedito Lopes, Estrada Velha do Jordão, Ladeira da Igreja Córrego do Balaio (Figura 02); **Área II** – Córrego da Batalha (Figura 02); **Área III** – Alto João Deus e Alto do Cemitério; **Área IV** – Rio das Velhas; e **Área V** – Alto do Jordão e Alto da Esperança.

Figura 02: Córregos do Balaio e da a Batalha - Áreas Piloto.



Fonte: Projeto Plano de Regularização Fundiária do PHNG-PE.

2.2 Modelo de construção coletiva e gestão do PHNG – PE

O modelo de construção coletiva e gestão aplicado ao projeto, Plano de Regularização Fundiária do Assentamento Habitacional na Área de Domínio da União do Parque Histórico Nacional dos Guararapes - PE (PHNG), é uma experiência em parceria entre a UFPE e a SPU com apoio das instituições Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e Prefeitura Municipal de Jaboatão dos Guararapes (PMJG). A participação com o envolvimento das comunidades Córregos do Balaio e da Batalha (áreas piloto) nas decisões de políticas urbanas, caracteriza a política de regularização fundiária promovida pelo Governo Federal através da SPU.

Entende-se que as iniciativas de participação das populações de assentamentos informais nos processos decisórios de políticas públicas, dependem da organização comunitária e do nível de informação sobre políticas específicas, neste caso, a política urbana de regularização fundiária. Exige-se assim ações contínuas de informação e comunicação sobre a proposta política de regularização fundiária através do processo de Mobilização e Participação Comunitária.

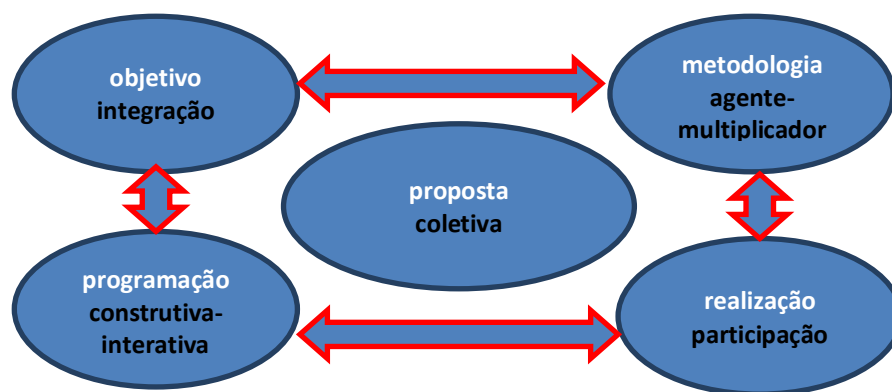
O fluxo da informação permite a sintonia dos atores participantes visando o desenvolvimento da comunicação e fornece conhecimento sólido sobre os objetivos das ações programadas. Os estudos sobre processo de mobilização e participação apontam a atuação coletiva e a dinâmica de operacionalização compartilhada com os atores envolvidos, como estruturais para a consolidação da transformação dos espaços coletivos da cidade. Toro e Werneck (2007) apontam quatro dimensões básicas de um processo de mobilização social: o imaginário - desejo de transformação; o campo de atuação - operacionalização; a coletivização - espaços de decisões coletivas; e o acompanhamento - construção comunitária, estas dimensões devem ser operadas de forma simultânea. O modelo proposto de Mobilização e Participação Comunitária do projeto Plano de Regularização Fundiária do PHNG - PE baseia-se no processo de mobilização social apresentado por esses autores e tem como princípio essas ideias.

No Plano de Regularização Fundiária do Assentamento Habitacional na Área de Domínio da União do Parque Histórico Nacional dos Guararapes - PE (PHNG), as ações de Mobilização e Participação Comunitária implicam de forma direta na qualidade do resultado do trabalho. O Plano de Regularização Fundiária do PHNG - PE é subsidiado por medidas de caráter urbanístico para permitir sua viabilização e sustentabilidade. Este modelo de Mobilização e Participação

Comunitária leva o envolvimento dos moradores na implementação do Plano de Regularização Fundiária do PHNG - PE junto às equipes técnicas do projeto, acompanhamento das ações e a construção comunitária.

As atividades de mobilização têm como objetivo promover uma maior integração dos atores sociais participantes do Plano de Regularização Fundiária do PHNG - PE. A mobilização social estabelece um movimento de convivência sustentável garantindo uma efetiva articulação entre os atores institucionais e comunitários. As ações de mobilização induzem a construção de uma proposta coletiva, construtiva-iterativa e participativa, visando a capacitação de agentes multiplicadores (Figura 03) ou reeditores das ações (TORO & WERNECK, 2007).

Figura 03: Proposta Coletiva de Mobilização



Fonte: Proposta de Mobilização PHNG. UFPE, 2013.

As ações de mobilização e participação geram ciclos de integração operacional e de permanente convivência com a comunidade envolvida. Este processo demanda um desenho construtivo de articulação das ações entre os agentes através da formação e capacitação. A efetiva participação do público é um fator promovedor da construção, multiplicação e reedição das ações de mobilização.

Desta maneira, informar sobre os objetivos do Plano de Regularização Fundiária do PHNG - PE para os habitantes e despertar o interesse da comunidade na luta pelo direito legal de moradia e meio ambiente saudável (BRASIL, 2002), bem como incentivar a participação dos membros da comunidade na interação com a equipe executora do Plano, ouvindo suas contribuições para que este atenda aos interesses da comunidade e se sintam coparticipantes do

mesmo, são os objetivos principais da proposta e levam à construção coletiva² no processo de mobilização e participação.

A proposta coletiva para viabilizar as ações do modelo de Mobilização e Participação Comunitária intensifica as bases que regulam a construção, interação e participação da comunidade no processo de geração da informação e comunicação, este processo resulta no desenvolvimento de agente-multiplicadores com finalidade de reeditar as ações - agente-reeditores (TORO & WERNECK, 2007), na garantia de uma participação sustentável e na consolidação da governança democrática e social (LEAL, 2003).

A execução do Plano de Regularização Fundiária do PHNG-PE deve seguir as etapas previstas no projeto e garantir as exigências da SPU no que se refere a participação efetiva da comunidade. A proposta de mobilização social tem como indicador metodológico a interação com a PMJG (apoio logístico) e a comunidade (participação efetiva) para a prática das ações de mobilização e participação. Esta proposta objetiva a transmissão de conhecimentos sobre as intervenções previstas no Plano, sobre os impactos no ambiente físico e natural nos assentamentos e para a capacitação e formação de agentes multiplicadores e reeditores locais, que possam participar de forma coletiva das ações de mobilização durante o desenvolvimento do Plano, com a participação das comunidades do PHNG - PE, de forma a garantir uma gestão sustentável.

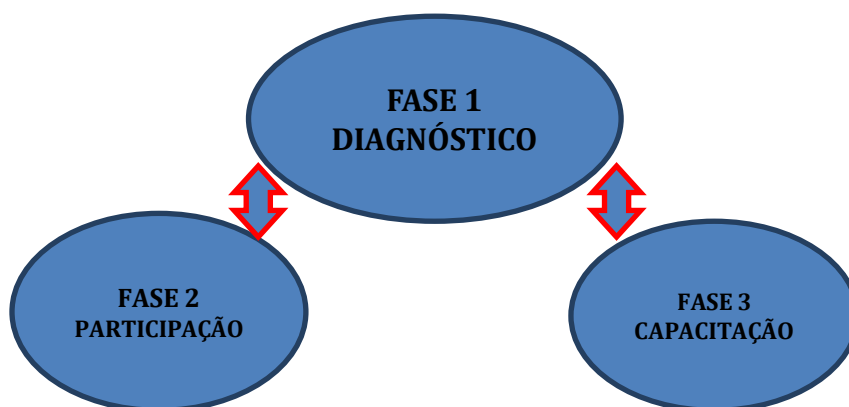
As ações de participação e de gestão apresentam-se em três FASES de atuação interativas com o objetivo principal de uma gestão de atividades coletivas. Na FASE 1 (diagnóstico), representa a elaboração em parceria com a comunidade de um diagnóstico urbano-ambiental e social-comunitário para identificação dos principais problemas dos assentamentos. Este diagnóstico tem a função de filtrar as prioridades nas áreas e formar níveis de compreensão sobre os impactos das intervenções na qualidade de vida dos moradores.

Na FASE 2 (participação) efetiva-se a prática da participação através da troca de informações entre a população e as instituições parceiras com o objetivo de disponibilizar conhecimentos que sejam relevantes para o processo de formação de opinião, formulação de medidas e tomada de decisão.

² Plano de Regularização Fundiária do Assentamento Habitacional na Área de Domínio da União do Parque Histórico Nacional dos Guararapes – PE. Proposta de Mobilização PHNG. Recife: UFPE, 2013.

A FASE 3 (capacitação) compreende as ações de capacitação (assembleias, reuniões, palestras e oficinas) para a formação de agentes multiplicadores, reeditores das ações e a consolidação da Gestão Comunitária. A capacitação representa assim um item importante na prática de mobilização e participação coletiva com o envolvimento dos atores sociais na perspectiva da ação participativa para a formação cidadã e das redes sociais (CASTELLS, 1999).

Figura 04: Fases da Mobilização



Fonte: Proposta de Mobilização PHNG. UFPE, 2013.

A metodologia empregada resulta na interação participativa da equipe de trabalho com a comunidade envolvida. As FASES representadas nas Figuras 04, 05, 06 e 07 apontam para um desenho da ação de construção coletiva com a pretensão de que todos se sintam corresponsáveis pelos resultados alcançados a partir da elaboração do diagnóstico (FASE 1).

Figura05: Mobilização FASE 1



Fonte: Proposta de Mobilização PHNG. UFPE, 2013.

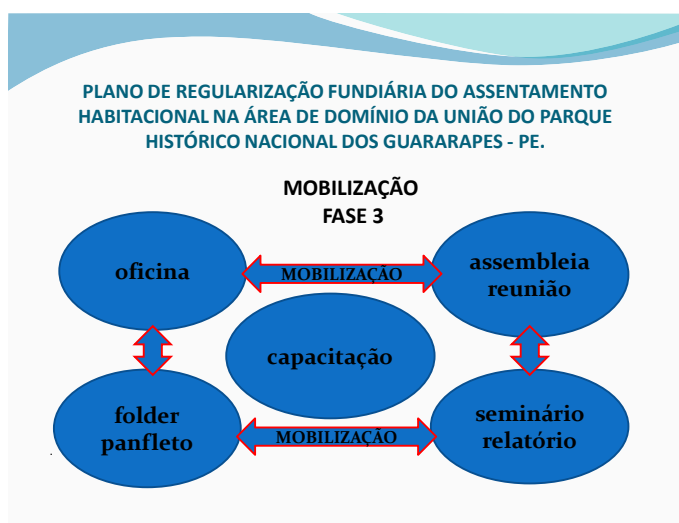
A participação (FASE 2) exige a identificação de lideranças, organizações sociais e institucionais que atuam na área, em especial as associações de moradores e clubes de mães, entre outras, bem como aquelas de responsabilidade municipal, como os agentes de saúde e de unidades de ensino que interagem diariamente com a população. Reuniões com grupos e/ou pessoas são realizadas para o planejamento de ações a serem desenvolvida na área, bem como a realização de assembleias com objetivos explicitados anteriormente - informações gerais sobre o projeto, precedidas de articulação com lideranças da comunidade e atores que atuam na área e participantes da equipe de trabalho do Plano de Regularização Fundiária do PHNG - PE.



Fonte: Proposta de Mobilização PHNG. UFPE, 2013.

As ações de capacitação (FASE 3) apresentam-se nos formatos de assembleias, reuniões, oficinas e palestras e deverão ser realizadas considerando os temas de interesses da população de forma a garantir uma maior conscientização e consequente reprodução do conhecimento junto aos demais habitantes da área e/ou debates sobre os resultados parcial ou final do Plano de Regularização Fundiária do PHNG-PE. Esta FASE instrumentaliza-se na formação de agentes multiplicadores-reeditores na implementação de uma proposta participativa indutora de Gestão Comunitária. A capacitação representa o veículo condutor da prática do modelo de Mobilização e Participação Comunitária na efetiva articulação entre os atores sociais envolvidos nas ações participativas, permitindo uma prática do fazer democrático e de construção da cidadania.

Figura07: Mobilização FASE 3



Fonte: Proposta de Mobilização PHNG. UFPE, 2013.

Na prática das ações de capacitação considera-se o número de famílias em cada área geográfica de ação. É importante destacar que a ação de capacitação é realizada de forma a garantir uma maior participação comunitária e melhor compreensão das atividades relacionadas ao Plano pelos habitantes. Assim, para cada 10 famílias das quadras é eleito um representante de quadra que participa das diferentes formas de capacitação e tem o compromisso de transmitir as informações apreendidas nas capacitações e reuniões aos seus representados.

As principais atividades da Mobilização e Participação Comunitária são as ações de informação, participação e capacitação dos atores envolvidos no Plano de Regularização Fundiária do PHNG-PE. A informação tem um papel estrutural no processo de mobilização, deve ser veiculada com qualidade, materializada sob a forma de comunicação participativa e reproduzida com eficiência e responsabilidade. A participação representa passos da construção coletiva e subsidia as ações de capacitação no formato de assembleias, reuniões, palestras e oficinas. Estas ações são construtiva-interativas e alimentam o fluxo contínuo de mobilização nas comunidades.

As atividades de mobilização para garantir a geração de um processo participativo, com interação voluntária e de engajamento sustentável, são:

- geração de informações sobre o Plano e suas atividades;
- estímulo à participação, através de visitas casa-casa;

- elaboração de capacitação com o objetivo de formação de agentes multiplicadores e reeditores das ações para a consolidação da gestão comunitária;
- realização de assembleias, reuniões, palestras e oficinas temáticas;
- realização de palestras e oficinas temáticas associadas às intervenções e os impactos nos assentamentos visando garantir a convivência sustentável;
- consulta à comunidade sobre suas necessidades a serem incorporadas ao Plano;
- interação com os agentes da PMJG que atuam na área, a exemplo dos agentes de saúde, das escolas entre outros;
- integração dos atores envolvidos no Plano de Regularização Fundiária do PHNG-PE.

Os públicos envolvidos no desenvolvimento das atividades de Mobilização e Participação Comunitária são os habitantes dos Córregos do Balaio e da Batalha, assentados nas áreas de patrimônio da União do PHNG-PE, a equipe da UFPE, os agentes das instituições parceiras e que têm e/ou tiveram influência na organização comunitária das áreas piloto citadas.

O desenvolvimento das ações de Mobilização e Participação Comunitária orientam-se nos princípios básicos do modelo de participação inerente ao Plano de Regularização Fundiária do PHNG-PE. Destaca-se a identificação dos procedimentos metodológicos (diagnóstico, participação e capacitação), dos conceitos básicos (integração, construção-interativa e multiplicação-reedição) e dos instrumentos adotados (assembleias, reuniões, palestras e oficinas) no processo de desenvolvimento das atividades que buscam a interação projeto comunidade, o monitoramento e a avaliação dos resultados alcançados pelos atores envolvidos.

A socialização das informações a serem alcançadas pelos habitantes da comunidade depende do nível de motivação, da organização social local, das ações da equipe de mobilização e participação do projeto como um todo. Para tanto, são utilizados diferentes instrumentos de mobilização e participação da comunidade e da equipe do projeto, como: realização de oficinas organizadas pelas várias equipes do projeto, visando apresentar conceitos e formas de colaboração dos demais participantes; realização de seminários de planejamento com o objetivo de sistematizar o fluxo de informação, comunicação e mobilização; e implementação de uma política de participação permanente dos atores envolvidos para maior interação com e entre as equipes do projeto. Neste sentido, as seguintes atividades são realizadas:

- Apresentação do Plano de Regularização Fundiária do PHNG – PE às lideranças, aos grupos e a comunidade em geral através de assembleias;
- Mobilização dos moradores por quadra para escolha de seus representantes;
- Palestras temáticas sobre o Plano com a participação dos representantes;
- Oficinas temáticas sobre diretrizes do Plano com enfoque na regularização fundiária e proposta urbanística com participação dos representantes e comunitários;
- Reuniões informativas sobre o andamento do Plano com a participação dos representantes e a comunidade;
- Produção de material informativo: boletins, cartilhas e panfletos, entre outros;
- Apresentação dos diagnósticos socioeconômico, físico e urbanístico com participação da comunidade;
- Apresentação final do Plano de Regularização Fundiária do PHNG -PE em assembleia com participação da comunidade e das instituições envolvidas.

A organização das reuniões e/ou assembleias visa uma sistematização efetiva através do processo de comunicação e de informação com explicações regulares para a comunidade sobre as etapas de elaboração da regularização fundiária. Em todas as reuniões, assembleias e oficinas, são utilizados materiais didáticos ilustrativos, com metodologias pedagógicas que facilitam o envolvimento efetivo dos moradores, para que possam se reconhecer como co-autores, multiplicadores e reeditores das ações realizadas. Esta metodologia permite uma relação mais próxima com a comunidade de forma a ouvir os anseios e incorporar ao projeto. Percebe-se a importância do reconhecimento da comunidade ao projeto através da inclusão de suas propostas, desta forma, os comunitários passam a assumir o projeto com mais segurança para defendê-lo nas diferentes instâncias de governo. A frequência às atividades de trabalho coletivo demonstra o interesse de participação dos moradores, exigindo das equipes do projeto mais dinâmica das atividades e que sejam mais participativas.

2.3 Oficinas de formação de agentes multiplicadores

A realização das oficinas temáticas com a participação dos moradores e seus representantes demonstram um processo de aprendizagem e de formação e capacitação mútua comunidade e equipe. As oficinas estabelecem práticas de integração, interdisciplinares e participativas, compreendendo atividades de informação e comunicação através de projeções, vídeos e jogos ilustrativos com conteúdos da realidade local. Os temas transversais das oficinas

permitem análises e intervenções do conjunto da comunidade. A execução das atividades de capacitação nas oficinas instrumentaliza as ações das equipes de trabalho, das lideranças locais e das instituições parceiras do projeto.

As ações de Mobilização e Participação Comunitária são desenvolvidas através dos instrumentos de participação e fundamentadas na dialética dos processos de participação-capacitação e monitoramento-avaliação, tais procedimentos são determinados pela transparência dos resultados alcançados pelos atores envolvidos. As oficinas planejadas nas áreas piloto Córregos do Balaio e da Batalha têm o objetivo de apresentar os resultados do trabalho desenvolvido na comunidade e servem para aprimorar as ações previstas na área, prevalecendo a perspectiva de maior integração das intervenções do Plano na comunidade.

Assim, a participação e o controle social nas diversas etapas do projeto determinam formas de participação e interação/colaboração nas ações de informação e formação, bem como na prática com a efetivação da participação nos processos de mobilização, gestão e cogestão do projeto. A sistematização da participação e do controle social representa a instituição de uma comissão local de acompanhamento e apoio às atividades do Plano. A formação desta comissão representa um avanço no processo de gestão participativa e sistematização das estratégias de participação comunitária e de governança local, segundo Leal (2003:67) são “novas formas de interação entre o governo (local) e a sociedade, marcadas pela negociação, participação (comunitária) e pela divisão compartilhada de responsabilidades.”

A ação de capacitação apresenta-se nas oficinas como um elemento condutor para levantar perspectivas e interesses da população, demanda conhecimento e promove a conscientização na reprodução do saber junto aos moradores da área. As oficinas formam agentes multiplicadores-reeditores, bases para uma Gestão Comunitária e caracteriza a prática de Mobilização e Participação Comunitária articulando os diversos atores sociais envolvidos na proposta maior de construção da cidadania.

Oficinas temáticas planejadas e realizadas no Córrego do Balaio:

- Oficina sobre Regularização Fundiária
- Oficina sobre Levantamento Cartográfico
- Oficina sobre Levantamento Socioeconômico
- Oficina sobre Plano Urbanístico

Observa-se que a realização das oficinas temáticas com a participação dos atores envolvidos no projeto garantiu uma maior integração das equipes de trabalho, contribuiu na tomada de decisões fortalecendo os princípios democráticos e garantindo a participação institucional e comunitária. As oficinas realizadas visando a capacitação e a integração (Figura 08) fundamentam-se nos temas e áreas de trabalho do Plano de Regularização Fundiária do PHNG - PE³.

Figura 08: Objetivo da Capacitação



Fonte: Proposta de Capacitação PHNG. UFPE, 2013.

Estas capacitações foram realizadas nas oficinas programadas, apresentando conteúdos expositivos e estimulando debates amplos relacionando processos integrativos teóricos e práticos dos trabalhos das equipes e demais atores envolvidos. As atividades elaboradas para as oficinas foram avaliadas e ajustadas a partir das necessidades e dificuldades apresentadas no Plano de Regularização Fundiária do PHNG - PE. As equipes de trabalho e os expositores participantes das atividades de capacitação nas oficinas desenvolveram material informativo para facilitar a dinâmica e compreensão dos temas tratados nas oficinas temáticas de capacitação.

As propostas temáticas das atividades realizadas nas oficinas apresentaram subsídios para o debate entre as equipes da instituição executora e a comunidade envolvida através da apresentação e divulgação das informações sobre os temas trabalhados e dos resultados parciais

³ Plano de Regularização Fundiária do Assentamento Habitacional na Área de Domínio da União do Parque Histórico Nacional dos Guararapes – PE. Proposta de Capacitação PHNG. UFPE, 2013.

dos produtos alcançados no Plano de Regularização Fundiária do PHNG - PE na comunidade do Córrego do Balaio.

A realização das oficinas comunitárias com os moradores envolvidos no trabalho garantiu informações básicas sobre temas relacionados com a prática do processo urbanístico e de regularização. Estas oficinas promoveram a participação e o exercício de controle social na execução dos trabalhos através da formação de comissão local para acompanhamento e apoio das atividades do Plano de Regularização Fundiária do PHNG - PE.

As referidas oficinas foram realizadas nos espaços comunitários da área do Córrego do Balaio visando facilitar o deslocamento dos representantes das quadras. Estas oficinas representam a prática do trabalho de mobilização e da consolidação da informação, comunicação, participação e capacitação dos moradores, aprimorando, sobretudo, o papel de agentes multiplicadores e reeditores de informações sobre o projeto de intervenção para regularização fundiária no PHNG - PE.

Configuram-se assim discussões temáticas sobre a política urbana de regularização fundiária no PHNG - PE representando novas formas de gestão comunitária e busca da compreensão dos limites determinados nos espaços urbanos de ocupação a partir de uma construção coletiva e consolidação sustentável.

3. DESAFIOS DA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA NO PHNG-PE

Os desafios encontrados na implantação do projeto, Plano de Regularização Fundiária do PHNG - PE nas áreas piloto dos Córregos do Balaio e da Batalha, estão representados nas condições institucionais para a execução do trabalho, considerando os limites das equipes quanto ao tempo e de infraestrutura logística. Contudo, algumas dificuldades encontradas pela equipe de Mobilização e Participação Comunitária durante a realização dos trabalhos nos Córregos do Balaio e da Batalha, referem-se principalmente as questões do acesso à localidade de intervenção. É importante registrar que o Córrego do Balaio pertence ao conjunto de moradias habitacionais no PHNG - PE com alto nível de precariedade na malha urbana. O traçado urbano irregular e o desenho viário indefinido e/ou inexistente caracterizam parte das dificuldades de acesso as ruas e casas, além de elevados e baixas do terreno.

A falta de urbanização no Córrego do Balaio representa um baixo nível de desenvolvimento humano caracterizado pela ausência de canalização de água, esgotamento sanitário, ruas sem pavimentação, falta de canaletas de drenagem das águas pluviais e coleta de lixo regular. Estes problemas urbanos são reproduzidos em algumas instâncias nas dificuldades de participação dos moradores nas atividades do projeto, considerando assim suas histórias de luta e o acúmulo da descredibilidade frente às ações das instituições públicas. Desta forma, nas atividades de mobilização observam-se a interferência de fatores socioambientais nas dificuldades encontradas para realização do trabalho a partir das características físicas e naturais apresentadas na forma do *habitat* dos moradores do Córrego do Balaio.

As características urbanísticas observadas refletem nas condições de vida dos moradores da área, considera-se a importância do ambiente físico e natural saudável como um elemento fundamental para o desenvolvimento de ações coletivas e de participação, além de ser uma condição *sinequa non* para a qualidade da informação, comunicação e interação nos processos de mobilização.

A falta de organização comunitária regular e sistemática nos Córregos do Balaio e da Batalha é sem dúvida outro ponto estratégico de dificuldade encontrada para a participação dos moradores nas atividades de reuniões e oficinas. Esta dificuldade foi superada, na medida em que o desafio de conquistar a população desorganizada para se envolver no projeto passou a ser uma meta do trabalho, inclusive em busca de uma maior contribuição para o fortalecimento da gestão comunitária no processo de condução das lutas políticas urbanas. As oficinas serviram também para consolidar o espírito participativo e recuperar a autoconfiança para as conquistas futuras.

A consolidação das relações institucionais com a comunidade e os órgãos responsáveis pelas intervenções na área é um desafio constante, que retrata hoje, as dificuldades nas relações construídas ao longo do tempo no processo de gestão do PHNG - PE. Estas dificuldades são expostas e merecem atenção da Secretaria de Patrimônio da União (SPU), do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN-PE) e da Prefeitura Municipal de Jaboatão dos Guararapes (PMJG), visto que, estes órgãos atuam na área e podem juntos consolidar em sintonia as possíveis intervenções de regularização fundiária e urbanística.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As atividades do modelo de Mobilização e Participação Comunitária obedecem uma sistematização de continuidade das ações de campo e buscam um aprimoramento do planejamento estratégico a partir do cotidiano prático do trabalho. As etapas do processo de mobilização fomentam os passos que subsidiam a produção do Plano de Regularização Fundiária do PHNG - PE dentro do qual se encontra uma proposta de desenvolvimento do urbanístico, que por sua vez depende das realizações dos trabalhos das equipes de mobilização, levantamento físico e socioeconômico. A integração destas equipes na complementação das informações necessárias e ações estruturais levam ao resultado desejado.

Os trabalhos da equipe de Mobilização e Participação Comunitária nas comunidades do Córrego do Balaio e Córrego da Batalha estão tendo apoio dos moradores e lideranças da área, bem como uma efetiva produtividade coletiva com a comunidade junto as demais equipes do projeto. Os resultados positivos dos trabalhos alcançados até o presente momento apontam para as possibilidades concretas da regularização fundiária do assentamento, embora tenha ficado claro que esta só se concretizará por decisão política do Governo Federal, a ser executada através da SPU.

Os avanços creditados ao trabalho, de fato, devem ser associados à continuidade do processo para que se possa garantir o cumprimento da função socioambiental do PHNG - PE, representam ressaltar a regularização fundiária e urbanística para áreas ocupadas a partir da garantia de normas especiais de urbanização, uso e ocupação do solo, definição da situação socioeconômica e princípios ambientais saudáveis.

Segundo o Estatuto da Cidade (BRASIL, 2002), a propriedade urbana deve cumprir a função social e atender normas de ordenação da cidade, de necessidades dos cidadãos, de qualidade de vida, de justiça social e de atividades econômicas. O desenvolvimento das funções sociais da cidade depende do conhecimento adquirido e da integração dos atores sociais, implementação das formas de sustentabilidade socioambiental e da formação da cidadania plena.

Os resultados alcançados, por fim, representam a produção de informações e de dados com o propósito de alimentar experiências no processo de regularização fundiária e de urbanização de assentamentos irregulares em áreas de domínio da União, bem como a construção de um banco de dados com informações físico-socioeconômicas que direcionam o

aprimoramento dos processos de governança, de participação e de gestão urbana. Este trabalho, dessa maneira, alcançou resultados a partir da consolidação de processos integrados e interdisciplinares, dos princípios de democracia participativa, da mitigação das diversidades sociais no universo da cidade e da proposta efetiva de uma política urbana de regularização fundiária comprometida com os interesses sociais.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, N. (org.). ***Desigualdades Sociais, Redes de Sociabilidade e Participação Política***. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

BONDUKI, Nabil Georges (org.). ***Habitat: as práticas bem sucedidas em habitação, meio ambiente e gestão urbana nas cidades brasileiras***. São Paulo: Studio Nobel, 1997.
<http://patrimoniodetodos.gov.br/gerencias-regionais/grpu-ac/servicos-ao-cidadao>. Acesso em 12/03/13.

BRASIL. Lei no 10.257, de 10 de julho de 2001. ***Estatuto da Cidade e Legislação Correlata***. 2. ed., Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2002.

<http://www.vsilva.com.br/dados/Estatuto%20da%20Cidade.pdf>. Acesso em 10/04/13.

Cartilha do Programa Estadual de Parcerias Público-Privadas (PPP's) de Pernambuco. Governo do Estado de Pernambuco. ***Comitê Gestor do Programa Estadual de Parcerias Público-Privadas – CGPE***. 28 p., 2007.

CASTELLS, M. A. ***Sociedades em Rede***. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

COTA, D. A. ***A Parceria Público-Privada na Política Urbana Brasileira do Século 21: Entre a Cidade-Mercadoria e o Direito à Cidade***. XXI SIMPURB. 17 p., 2011.
<http://xiisimpurb2011.com.br/app/web/arq/trabalhos/3bbd7cfe719866fd0e2f3de94791c960.pdf>. Acesso em 15.12.2011.

HAESBAERT, R. ***Região, diversidade territorial e globalização***. In: Geographia. Niterói: UFF, v. 1, p.15-39, 1999.

IMPARATO, E., SAULE Jr., N. ***Regularização Fundiária de Terras da União***. In: Rolniket. al. Regularização Fundiária de Assentamentos Informais Urbanos. Belo Horizonte: PUC Minas Virtual, 224p., 2006.

KOHLSDORF, M. E. ***Planejamento Urbano no Brasil: um esboço histórico***. Universidade de Brasília. Brasília. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. 29 p., 1976. Revisado por Nara Kohlsdorf, 2002.

LUCIO JR, Nori. ***Tudo o que você precisa saber para construir um plano de comunicação eficaz***. <http://www.webartigos.com/artigos/como-construir-um-plano-de-comunicacao-e-marketing-eficaz/11451/>. Acesso em 13/04/12.

LEAL, Suely. ***Fetice da participação popular: novas práticas de planejamento, gestão e governança democrática no Recife*** – Brasil. Recife: CEPE, 2003.

LEAL, S. ***Paraísos Financeiros nos Espaços Litorâneos das Metrôpoles: Os 'ecomegaempreendimentos' do mercado imobiliário-turístico da Região Metropolitana do Recife***. XI Colóquio Internacional sobre Poder Local. Salvador. 15 p., 2009.

Parque Histórico Nacional dos Guararapes.
http://www.7rm7de.eb.mil.br/ass_cult/phn g.php?opc=1. Acesso em 19/03/13.

Parque Histórico Nacional dos Guararapes.
Plano Diretor do Parque Histórico Nacional dos Guararapes - PD - PHNG, 2002.

Plano de Regularização Fundiária do Assentamento Habitacional na Área de Domínio da União do Parque Histórico Nacional dos Guararapes – PE. **Proposta de Capacitação PHNG**. Recife: UFPE, 2013.

Plano de Regularização Fundiária do Assentamento Habitacional na Área de Domínio da União do Parque Histórico Nacional dos Guararapes – PE. **Proposta de Mobilização PHNG**. Recife: UFPE, 2013.

Plano de Regularização Fundiária do Assentamento Habitacional na Área de Domínio da União do Parque Histórico Nacional dos Guararapes – PE. **Relatório Parcial do Córrego do Balaio**. Recife: UFPE, 2013.

PRATES, A. A. P. **Redes Sociais em Comunidade de Baixa-Renda: Os efeitos diferenciais dos laços fracos e dos laços fortes**. FGV-RAP – Rio de Janeiro: 43 (5): 1117-1146, Set/Out. 2009.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ed. Ática, 269 p., 1993.

RIBEIRO, Ana Rita Sá Carneiro. **Um espaço com histórias e batalhas: o Parque Histórico Nacional dos Guararapes**. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano – MDU/UFPE. Recife: UFPE, 1989.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz, PECCHMAN, Robert Moses. **O que é a questão da moradia**. São Paulo: Editor Brasiliense S. A., 1983.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4. ed. 2ª reimpressão. São Paulo: Edusp, 258 p., 2006.

Secretaria de Patrimônio da União - SPU. **Instrução Normativa (IN), N.s/n. de Janeiro de 2012, que dispõe sobre a destinação de Imóveis da União para Regularização Fundiária e Habitação de Interesse Social**. Brasília: SPU, 2012.

Secretaria de Patrimônio da União - SPU. **Manual de Regularização Fundiária em Terras da União**. Brasília: SPU, 2006.

SINGER, P. O Uso do Solo Urbano na Economia Capitalista. In: **A Produção Capitalista da Casa (e da Cidade) no Brasil Industrial**. (Maricato, E. Org.) São Paulo: Editora Alfa-Omega, 166 p., 1979.

SOUZA, M. L. de. **Mudar a Cidade – Uma Introdução Crítica ao Planejamento e Gestão Urbanos**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 560 p., 2010.

SOUZA, M. L. de. **Desenvolvimento de comunidade e participação**. São Paulo: Cortez, 2010.

TORO A., J. Bernardo, WERNECK, Nísia M. D. **Mobilização social: um modo de construir a democracia e a participação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. **Parque Histórico Nacional dos Guararapes – Projeto Físico**. Recife: UFPE, 1975.